

Atividades características do turismo no RS, em 2013: Valor Adicionado Bruto no Estado, regiões do turismo e municípios

Novembro/2016



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Núcleo de Contas Regionais
Núcleo de Desenvolvimento Regional

**Atividades características do turismo no RS, em 2013:
Valor Adicionado Bruto no Estado,
regiões do turismo e municípios**

Equipe técnica:

Guilherme Risco (Org.)
Tomás Pinheiro Fiori (Org.)
André Augustin
Antonio Albano de Freitas
Guilherme Xavier Sobrinho
Iván G. Peyré Tartaruga
Roberto Rocha
Rodrigo de Azevedo Weimer

Porto Alegre, novembro de 2016



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: José Ivo Sartori

Vice-Governador: José Paulo Dornelles Cairoli

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário interino: José Reovaldo Oltramari

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Membros: André F. Nunes de Nunes, Angelino Gomes Soares Neto, André Luis Vieira Campos, Leandro Valiati, Ricardo Franzói e Carlos Augusto Schlabit

CONSELHO CURADOR: Mayara Penna Dias, Olavo Cesar Dias Monteiro e Irma Carina

DIRETORIA

DIRETOR TÉCNICO: MARTINHO ROBERTO LAZZARI

DIRETOR ADMINISTRATIVO: NÓRA ANGELA GUNDLACH KRAEMER

CENTROS

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Vanclei Zanin

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO: Rafael Bassegio Caumo

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS: Juarez Meneghetti

INFORMÁTICA: Valter Helmuth Goldberg Junior

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Susana Kerschner

RECURSOS: Graziela Brandini de Castro

A872

Atividades Características do Turismo no RS em 2013 : Valor Adicionado Bruto no Estado, Regiões do Turismo e municípios / organização de Guilherme Risco, Tomás Pinheiro Fiori. - Porto Alegre : FEE, 2016.
40 p. : il.

1. Turismo - aspectos econômicos - Rio Grande do Sul. I. Risco, Guilherme. II. Fiori, Tomás Pinheiro. III. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

CDU 338.48(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer - CRB 10/2016

Revisão e editoração: Mateus da Rosa Pereira

Revisão bibliográfica: Tamini Farias Nicoletti

Capa: Gabriela Santos da Silva

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

Fone: (51) 3216-9067 E-mail: biblioteca@fee.tche.br

Site: www.fee.rs.gov.br

Como referenciar este trabalho:

RISCO, Guilherme; FIORI, Tomás Pinheiro (Org.). **Atividades Características do Turismo no RS em 2013:**

Valor Adicionado Bruto no Estado, Regiões do Turismo e municípios. Porto Alegre: FEE, 2016.

Sumário

1 Apresentação	4
2 Metodologia	6
2.1 O turismo do ponto de vista econômico	6
2.2 Definição e classificação de atividades características do turismo	7
2.3 Detalhamento dos códigos da CNAE das atividades características do turismo	8
2.4 Lista de ACT e detalhamento dos códigos da CNAE caraterísticos	9
2.4.1 Alojamento	9
2.4.2 Alimentação	9
2.4.3 Transportes ferroviário e metroviário	10
2.4.4 Transporte rodoviário	10
2.4.5 Transporte aquaviário	11
2.4.6 Transporte aéreo	11
2.4.7 Serviços auxiliares do transporte	11
2.4.8 Atividades de agências e organizadores de viagens	11
2.4.9 Aluguel de bens móveis	12
2.4.10 Atividades recreativas, culturais e desportivas	12
2.5 Atividades econômicas no SCN 2010	12
2.6 Cálculo do VAB das ACTs para o Rio Grande do Sul	14
2.7 Cálculo do VAB das ACTs para os municípios	14
2.7.1 Estrutura de rateio	14
2.8 As regiões do turismo no RS	16
3 Análise dos resultados	18
3.1 VAB das ACTs no Rio Grande do Sul	19
3.2 As ACTs nas regiões turísticas e nos municípios do Rio Grande do Sul ...	20
3.2.1 Hortênsias	25
3.2.2 Porto Alegre	28
3.2.3 Litoral Norte	30
3.2.4 Uva e Vinho	34
3.2.5 Outros destaques	36
4 Considerações finais	37
Referências	39
Bibliografia consultada	40

1 Apresentação

As atividades econômicas relacionadas ao turismo são importantes por atender à demanda externa com serviços locais. Seus impactos permitem a dinamização das regiões através de empregos, renda e impostos gerados. O fluxo de turistas vem aumentando no mundo devido aos meios de deslocamento cada vez mais acessíveis, ao maior espaço destinado ao lazer no consumo das famílias e ao aumento das viagens de negócios e estudos, impulsionados pelo aumento da integração econômica e da renda média mundial. Nesse contexto, é importante conhecer a dimensão desse setor no total de atividades econômicas realizadas numa região. Isso possibilita a elaboração de políticas públicas que possam aproveitar da melhor maneira os potenciais em atrair turistas e minimizar seus impactos negativos. Nesse sentido, a produção de estatísticas sobre o setor e a análise das características regionais podem auxiliar num melhor uso dos potenciais turísticos.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) elabora, em colaboração com a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, uma lista de produtos e atividades econômicas que, por suas características, podem ser definidos como bens e serviços característicos do turismo. Essa classificação, que faz parte de um conjunto de recomendações internacionais para a produção de estatísticas de turismo, tem sido amplamente usada por diversos países, a fim de se produzirem estatísticas oficiais do setor. Esse conjunto de atividades econômicas do turismo permite que se tenha uma ideia da produção de bens e serviços que podem ser ofertados aos turistas.

Neste trabalho, o Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs) é calculado para todo o Rio Grande do Sul, tendo como base o ano de 2013. Com isso, é possível saber o peso dessas atividades no Produto Interno Bruto (PIB) da economia gaúcha. O resultado geral é apresentado conforme a estrutura de divulgação do PIB estadual, mostrando como cada setor contribui para o turismo.

Além disso, estimam-se, para os municípios e as regiões do turismo do Rio Grande do Sul, qual a participação do conjunto de atividades características do turismo no total da economia local e sua contribuição para a média estadual. Desse modo, é possível identificar aquelas localidades que possuem uma maior intensidade ou con-

centração relativa de oferta de serviços voltados aos turistas, bem como suas aparentes relações com a estrutura espacial da economia gaúcha.

Segue-se, como referência, a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), na qual é feita uma adaptação da classificação internacional de atividades características do turismo para o caso brasileiro, usando-se a versão 1.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) adaptada para a classificação do Sistema de Contas Nacionais (SCN), no qual é possível obter dados de Valor Adicionado por atividade. O presente trabalho utiliza a versão mais atual da CNAE (2.0) e constrói o VAB das atividades com base na estrutura do Sistema de Contas Nacionais de 2010.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), no intuito de produzir estatísticas e análises sobre o setor de turismo no Rio Grande do Sul, lança a primeira edição do relatório sobre o tema. Este trabalho é fruto da parceria firmada entre a Fundação e a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado (Setel-RS), com o objetivo de produzir estudos e pesquisas que ajudem a compreender melhor a importância do setor de turismo no Rio Grande do Sul.

2 Metodologia

Nesta seção, serão apresentados as ACTs e seus respectivos códigos da CNAE 2.0 utilizados no trabalho, bem como a classificação de cada ACT nas Contas Regionais. Em seguida, é apresentado o método de estimativa do VAB das ACTs para o Estado, e, por fim, é explicado o método usado para distribuir esse VAB das ACTs do RS para os municípios.

Quadro 1

Glossário de termos básicos

O **Produto Interno Bruto (PIB)** representa a soma (em valores monetários) de toda a renda gerada, mais os impostos e subsídios incidentes sobre os produtos, nas atividades produtivas de uma determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.).

O **Valor Adicionado Bruto (VAB)** se constitui da renda gerada nas atividades produtivas a qual é distribuída como remuneração dos empregados (inclusive encargos sociais) e excedente operacional das empresas. O VAB se difere do PIB por não considerar os impostos e subsídios que incidem sobre os produtos.

A **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)** é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do País nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária. Essa classificação possui diferentes níveis de agregação, podendo ser usado, por exemplo, um nível de abertura maior e mais detalhado, com o código de cinco dígitos (classes), ou até um nível com atividades agrupadas, com dois dígitos (divisões).

O **Sistema de Contas Nacionais (SCN)** calcula o PIB do País, mostrando os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços e as informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda, além de dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

As **Contas Regionais (CR)** estimam o PIB de cada unidade da Federação, calculando o valor anual da produção, consumo intermediário e o Valor Adicionado Bruto de cada atividade econômica, além dos impostos e subsídios incidentes sobre os produtos. Com isso, o PIB estadual é calculado em metodologia única, de forma integrada entre entidades de pesquisa dos estados com a coordenação do IBGE.

O **PIB dos municípios** é o cálculo da renda gerada nos municípios em um determinado ano. Ele é construído a partir da repartição do PIB estadual entre todos os municípios do Estado.

NOTA: Elaborado com base no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2.1 O turismo do ponto de vista econômico

Turismo pode ser definido como o conjunto de “[...] atividades praticadas pelos indivíduos no decurso de suas viagens e estadas fora do seu ambiente habitual [...]” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1999, p. 1). Especificamente, do ponto de vista econômico, consideram-se aquelas atividades que estão relacionadas ao consumo de bens e serviços por parte dos turistas. Em outras palavras, o turista é visto com um consumidor, que vem de fora da região que está sendo analisada para comprar bens e pagar por serviços oferecidos localmente. Tipicamente, o perfil de consumo de um

viajante é diferente do de um morador local. Tal distinção permite que algumas atividades sejam elencadas como voltadas, em grande parte, para o consumo por turistas.

2.2 Definição e classificação de atividades características do turismo

Um critério muito utilizado na produção de trabalhos e estatísticas do turismo é a utilização da lista de atividades turísticas desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999). Ela se baseia na classificação mais ampla elaborada pela ONU para classificar atividades econômicas. A utilização de uma mesma lista de atividades permite que as estatísticas produzidas sobre o turismo sigam um padrão internacional e sejam comparáveis entre países.

A partir dessa lista de atividades, é possível calcular o Valor Adicionado na produção dessas atividades que, por definição, são características do turismo. O VAB dessas atividades não mede o valor total gasto por turistas em uma região, pois nem todo valor gerado por essas atividades é consumido por turistas e nem todo gasto de turista é feito apenas nessas atividades.

Alguns setores, como os de hotelaria, transporte aéreo e aluguel de carros, são claramente voltados em grande parte aos turistas, e deles dependem de forma significativa para continuarem sendo ofertados. Já alguns produtos não são voltados tão fortemente à demanda para turistas, mas apresentam grande potencial de atender a turistas também, tais como os restaurantes, transporte terrestre de longa distância, atividades culturais e artísticas.

Por outro lado, o consumo do turista pode ir além dessas ACT. Por exemplo, não está incluído nessa classificação da OMT o comércio de mercadorias que são vendidas a turistas, que geralmente envolve a venda de artesanatos, lembranças e outros produtos específicos do local que está sendo visitado. No entanto, pela OMT, o comércio é classificado como uma atividade conexa ao turismo, sendo específica de cada local de estudo, não sendo, portanto, classificado com atividade característica do turismo.

Neste trabalho, portanto, o setor do turismo é analisado com foco na oferta de atividades que têm a característica de poder atender a uma demanda turística.

2.3 Detalhamento dos códigos da CNAE das atividades características do turismo

Formalmente, a OMT define como atividade característica do turismo aquela atividade produtiva que tem como produto principal bens (ou serviços) que atendem à demanda típica dos turistas, que, por sua vez, são aqueles bens e serviços que “[...] na maior parte dos países deixariam de existir numa quantidade significativa, ou cujo consumo diminuiria de forma significativa, na ausência de turismo” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1999, p. 39). A partir desse conceito, a OMT propõe uma lista de atividades para que seja adotada amplamente pelos países, a fim de se produzirem estatísticas comparáveis entre eles. Seguindo essa metodologia, o Instituto Brasileiro de Geografias e Estatística (IBGE, 2011) traduz a lista de atividades classificadas pela International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC) (Rev.3) para a CNAE 1.0 e agrega para o SCN 2002.

Neste trabalho, a CNAE 1.0 foi traduzida para CNAE 2.0 e agregada pelos grupos do novo sistema de contas (SCN 2010). A lista da OMT, adaptada para o caso brasileiro, apresenta um total de 10 atividades, conforme o Quadro 2.

Quadro 2

Lista de atividades da Organização Mundial do Turismo (OMT)
adaptada para o caso brasileiro

1.	Serviços de alojamento
2.	Serviços de alimentação
3.	Transportes ferroviário e metroviário
4.	Transporte rodoviário
5.	Transporte aquaviário
6.	Transporte aéreo
7.	Serviços auxiliares dos transportes
8.	Atividades de agências e organizadores de viagens
9.	Aluguel de bens móveis
10.	Atividades recreativas, culturais e desportivas

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Em relação à lista da OMT, que contém 12 atividades, são duas as diferenças. Primeiramente, as atividades de serviços culturais e serviços desportivos são agregadas como uma única atividade. Além disso, a atividade de serviços de residência secundária não possui um código que a contemple na CNAE, **ficando, portanto, de fora da lista de atividades nos estudos feitos no Brasil** — esse detalhe é importante para

entender a modesta proporção do serviço de alojamento na região turística do Litoral Norte, no Rio Grande do Sul, como se verá mais adiante.

2.4 Lista de ACT e detalhamento dos códigos da CNAE caraterísticos

A seguir, são apresentadas cada uma das ACTs, para o Brasil, detalhando quais códigos da CNAE 2.0, dentro de cada atividade, são considerados como característicos do turismo. Dessa forma, foi feito um refinamento nas atividades características do turismo, mantendo apenas os códigos da CNAE (nível de classe, cinco dígitos) que realmente se identificam com o consumo turístico. Suprimiram-se, portanto, aquelas classes que em pouco ou em nada estão relacionadas como o turismo. Utilizaram-se os mesmos critérios de exclusão do trabalho do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). No final, é apresentada uma lista completa das ACTs e de seus respectivos códigos CNAE.

2.4.1 Alojamento

Toda a CNAE referente a alojamento (código 55) é classificada como ACT.

2.4.2 Alimentação

Todo o setor é classificado como ACT, exceto a atividade relacionada à preparação de comida para eventos ou locais privados, pois não teriam como ser consumidos diretamente por turistas (e.g. cantinas em colégios, refeitórios em empresas). Também ficam de fora atividades que servem de insumos para outras atividades, como bufê em eventos e comida servida em avião, ficando de fora, portanto, a CNAE 5620-1.

São classificados como ACTs os serviços que atendem diretamente o público, tais como restaurantes e lanchonetes e quiosques. Essas atividades, em muitos municípios, não atendem prioritariamente os turistas, mas sim os moradores da própria cidade. Em grandes centros urbanos, por exemplo, devido aos custos de deslocamento, os restaurantes atendem principalmente os trabalhadores em horário de almoço, que acabam fazendo a refeição próximo ao seu local de trabalho. Outro público comum em restaurantes é o dos que optam, em datas especiais ou em finais de semana,

por realizar uma refeição mais elaborada em ambientes confortáveis, usufruindo, assim, de um momento de lazer.

Entretanto, em cidades que são fortemente identificadas com o turismo, a presença de restaurantes está diretamente relacionada com essa atividade, sendo que, muitas vezes, a culinária local pode ser um dos principais motivos do turista ter escolhido aquela cidade como destino de sua viagem. Como será visto adiante, esse parece ser o caso da região turística da Uva e do Vinho, no Rio Grande do Sul, e de alguns dos principais destinos na Serra Gaúcha.

No entanto, neste trabalho destacaram-se alguns municípios pequenos com significativa participação do turismo e, especificamente, com peso elevado do setor de alimentação. Em alguns casos, ocorreu que restaurantes de beira de estrada, ponto de parada de muitos motoristas e excursões, acabaram tendo um peso grande no Valor Adicionado total do município.

Apesar das ressalvas, optou-se por considerar toda CNAE 561 como ACT, a fim de permitir a comparabilidade com outros trabalhos e estatísticas do turismo.

2.4.3 Transportes ferroviário e metroviário

Excluíram-se os códigos CNAE referentes a transporte de carga e de passageiros urbanos e metropolitanos, ficando, portanto, as atividades de trens turísticos, teleféricos e similares.

2.4.4 Transporte rodoviário

Excluíram-se, assim como no ferroviário, o transporte de carga e de passageiros urbanos. Este último está relacionado ao transporte diário de pessoas nos meios urbanos, não estando, portanto, ligado ao turismo. Manteve-se, assim, essencialmente, a atividade de transporte entre municípios que não pertençam a uma mesma região metropolitana.

2.4.5 Transporte aquaviário

Nessa atividade, foi considerado apenas o transporte marítimo de passageiros de longo curso. Assim como no transporte terrestre, os deslocamentos nos meios urbanos têm um grande peso de passageiros a trabalho.

2.4.6 Transporte aéreo

Excluiu-se o transporte de cargas, mantendo-se todo o transporte referente de passageiros.

2.4.7 Serviços auxiliares do transporte

Tendo em vista que boa parte do transporte de passageiros é classificada como relacionada ao turismo, as atividades auxiliares, tais como os terminais e as concessionárias, também o são. Isto é, incluíram-se aeroportos, rodoviárias, concessionárias de rodovias, entre outras. Fica de fora o serviço de portos, pois observou-se que grande parte da movimentação econômica nesse setor é, na verdade, de navios de carga (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

2.4.8 Atividades de agências e organizadores de viagens

Todos os códigos da CNAE desse setor foram incluídos. Essa é uma atividade que se diferencia da maioria das demais, pois atende, em boa parte, ao chamado consumo turístico emissor, ou seja, é voltada para atender viagens de residentes para outras regiões, diferentes de sua residência, mas que podem ainda assim ter como destino o próprio estado.

2.4.9 Aluguel de bens móveis

Nessa atividade, incluiu-se apenas o aluguel de automóveis.

2.4.10 Atividades recreativas, culturais e desportivas

Incluíram-se atividades como projeção de filmes, atividades artísticas e de espetáculos; atividades de bibliotecas e museus; atividades desportivas e relacionadas ao lazer, como parques. Aqui, cabe ressaltar, a oferta de serviços feita diretamente pelo Estado é classificada como administração pública, ficando de fora das ACTs.

2.5 Atividades econômicas no SCN 2010

Na divulgação do PIB estadual, são apresentados os dados do Valor Adicionado Bruto conforme 18 atividades do Sistema de Contas Nacionais. As 10 ACTs listadas anteriormente estão presentes em apenas cinco atividades, conforme o agrupamento do SCN com base em 2010. São elas: serviços de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correio; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; serviços de informação e comunicação; e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços.

Quadro 3

Classes das atividades características do turismo conforme a Classificação de Atividades Econômicas (CNAE)

CNAE 2.0	DESCRIÇÃO CNAE 2.0	ATIVIDADE	SETOR DO PIB ESTADUAL	
5510-8	Hotéis e similares	Alojamento	Serviços de alojamento e alimentação	
5590-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	Alojamento		
5611-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	Alimentação		
5612-1	Serviços ambulantes de alimentação	Alimentação		
4950-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	Transporte terrestre	Transporte, armazenagem e correio	
4922-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	Transporte terrestre		
4923-0	Transporte rodoviário de táxi	Transporte terrestre		
4929-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	Transporte terrestre		
5099-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	Transporte aquaviário		
5012-2	Transporte marítimo de longo curso	Transporte aquaviário		
5111-1	Transporte aéreo de passageiros regular	Transporte aéreo		
5112-9	Transporte aéreo de passageiros não regular	Transporte aéreo		
5221-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio		
5222-2	Terminais rodoviários e ferroviários	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio		
5229-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio		
5240-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio		
7911-2	Agências de viagens	Outras atividades administrativas e serviços complementares		Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares
7912-1	Operadores turísticos	Outras atividades administrativas e serviços complementares		
7990-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	Outras atividades administrativas e serviços complementares		
7711-0	Locação de automóveis sem condutor	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual		
5914-6	Atividades de exibição cinematográfica	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	Serviços de informação e comunicação	
9001-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	
9002-7	Criação artística	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9003-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9101-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9102-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9103-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9200-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9311-5	Gestão de instalações de esportes	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9312-3	Clubes sociais, esportivos e similares	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9319-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9321-2	Parques de diversão e parques temáticos	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		
9329-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos		

NOTA: Elaboração própria com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

2.6 Cálculo do VAB das ACTs para o Rio Grande do Sul

Apenas com o nível de agregação utilizado na divulgação do PIB estadual, não seria possível distinguir o VAB das ACTs das demais atividades.

Para estimar a participação das ACTs em cada atividade do SCN, utilizaram-se as informações mais detalhadas, disponibilizadas às instituições parceiras do IBGE na construção do PIB estadual. Esses dados detalham o VAB de cada atividade do SCN ao nível de classes da CNAE 2.0. Com isso, foi possível fazer, primeiramente, o cálculo da participação das classes da CNAE características do turismo no total do Valor Adicionado em cada atividade do SCN. Essa estrutura foi aplicada aos valores finais divulgados no PIB estadual, obtendo-se, assim, o quanto do VAB de cada uma das cinco atividades divulgadas são das ACTs. Tal procedimento é idêntico ao adotado pelo IBGE (2011).

2.7 Cálculo do VAB das ACTs para os municípios

Após ter sido feito o VAB de cada ACT para o RS como um todo, distribuiu-se o Valor de cada ACT para cada município com critérios de repartição semelhantes ao já utilizado no cálculo do PIB dos municípios, que também é feito em parceria entre o IBGE, a FEE e as demais instituições congêneres das outras unidades da Federação. Para respeitar os critérios de divulgação do PIB municipal e o sigilo de alguns dados, será apresentado apenas o VAB total das ACTs para cada município, sem o detalhamento das atividades. Para as regiões turísticas, a divulgação terá um nível mais desagregado.

2.7.1 Estrutura de rateio

a) Metodologia do PIB municipal

Todo ano, diversos órgãos estaduais calculam o PIB dos municípios do Brasil a partir da distribuição do Valor Adicionado das atividades econômicas de cada unidade da Federação. Isto é, primeiro é calculado o Valor Adicionado para o Estado como um todo, e depois esse valor é a rateado entre os municípios utilizando-se uma estrutura de distribuição para cada atividade. Esse procedimento é feito segundo um conjunto

de indicadores escolhidos para esse fim (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A construção da estrutura de rateio pode ser separada em dois tipos. Em algumas atividades, tem-se uma estrutura que é construída a partir de indicadores que utilizam fontes de dados externos ao PIB municipal, tais como os dados de pesquisas municipais, das secretarias da fazenda, do Ministério do Trabalho, etc.

Em outros casos, a estrutura é gerada a partir de uma média de valores de outras atividades do próprio PIB municipal. Esse segundo tipo ocorre em atividades que não possuem um bom indicador municipal para ser usado como critério de rateio. Assim, acaba-se usando uma estrutura que depende de outras atividades do próprio PIB municipal, que já tenha sido distribuída com variáveis externas. A escolha dessas outras variáveis é feita de acordo com as relações econômicas existentes entre os setores da economia. A atividade de armazenagem, por exemplo, utiliza o peso das atividades de cultivo de cereais, soja, indústria de transformação e outras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

b) Adaptação metodológica para o VAB das ACT

A distribuição do VAB das ACTs foi realizada com critério próximo ao usado no PIB municipal. Inicialmente, foi feito um teste utilizando-se a mesma estrutura de distribuição do PIB municipal de 2013. Porém o resultado gerou um Valor Adicionado alto para alguns municípios na atividade transporte, armazenagem e correio. Isso ocorre porque, na metodologia do PIB municipal, esse conjunto de atividades tem uma estrutura de rateio influenciada pela média de outras, tais como a produção de grãos e o transporte aquaviário, o que acabou dando um peso grande para municípios que possuem maior participação de atividades de transporte de carga e não de passageiros.

Para tentar corrigir esse viés, buscou-se criar um critério de rateio para essa atividade que considerasse os municípios que transportam passageiros e não cargas. Nesse sentido, optou-se por fazer a seguinte adaptação na metodologia de rateio do VAB das ACTs para os municípios:

- nas atividades que usam indicadores externos ao PIB municipal, mantiveram-se as mesmas estruturas de rateio;

- nas atividades cuja estrutura depende da soma do VAB municipal de outras atividades, usou-se a soma das mesmas, mas não de todo o VAB, apenas o referente às ACTs;
- a exceção ao segundo ponto ocorreu em duas atividades: transporte terrestre de passageiros e armazenagem. Na primeira, referente ao transporte de passageiros, foi retirado do rateio o transporte aquaviário, chegando-se a uma nova estrutura de distribuição. Na atividade de armazenagem, foi usada essa mesma nova estrutura calculada para a anterior.

Com essa reformulação na estrutura de distribuição de algumas atividades, os resultados do VAB por ACTs deixaram de apresentar o viés citado anteriormente.

2.8 As regiões do turismo no RS

A descentralização das políticas de fomento à atividade turística no Brasil, iniciada no ano de 1994 com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), pertence a um contexto de elevação do *status* constitucional dos municípios a partir de 1988. Como em outros setores, a gestão pública compartilhada com o nível local tentava subsidiar ações públicas mais condizentes com a realidade heterogênea do vasto território da federação brasileira. No entanto, foi apenas na década seguinte, na esteira do retorno da “questão regional” e do planejamento territorial¹ que, em 2004, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), para que “[...] de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território” (BRASIL, 2013a, p. 17).

Em 2006, como resultado do PRT, foram apresentados 396 roteiros turísticos, envolvendo 149 “regiões turísticas” e 1.207 municípios de todos os estados. Desses, 87 foram priorizados para a obtenção de padrão de qualidade internacional e, consequentemente, promoção do alcance das metas do Plano Nacional de Turismo, subsidiando o desenho do Mapa do Turismo Brasileiro e a escolha de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, em todas as unidades da Federação. Esses des-

¹ Após a recriação do Ministério da Integração Nacional, em 1999, o ano de 2004 marcou o lançamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que passou a orientar as estratégias de desenvolvimento e ordenamento territorial em todos os níveis da administração pública nacional.

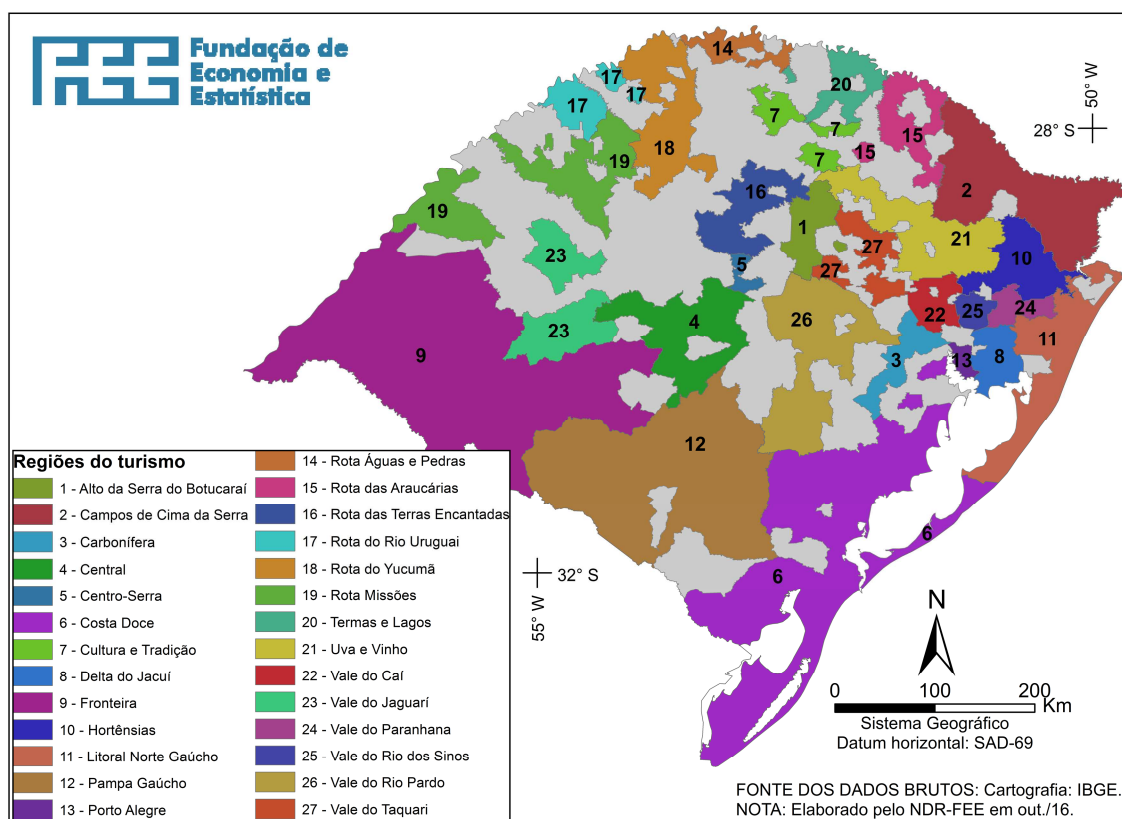
tinhas passaram a receber atenção prioritária do Ministério do Turismo nos investimentos técnicos e financeiros, tendo a responsabilidade de propagar o desenvolvimento nos roteiros de que fazem parte e as Regiões do Turismo que perpassam. Em 2016, o Mapa do Turismo Brasileiro apresenta 291 regiões, sendo 27 delas no Rio Grande do Sul, envolvendo 294 municípios do Estado (BRASIL, 2015), dos quais 46 também constituem os três “destinos indutores” gaúchos, denominados pelos seus centros principais como Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves (BRASIL, 2008, 2012).

No que se refere ao Mapa do Turismo, sua configuração traz o intuito de articular o planejamento público e os sistemas de governança local para potencializar as estratégias de desenvolvimento turístico sustentável. Sendo assim, os requisitos para a constituição de cada região envolveram a existência, nos municípios membros, de algum órgão formal dedicado ao tema, dotação orçamentária anual e engajamento político dos poderes municipal e estadual no ato de criação (BRASIL, 2013a). Ainda, como sói acontecer nos diversos programas de regionalização existentes, o Mapa do Turismo pressupõe a agregação de municípios com características econômicas e socioculturais similares, cujos territórios são limítrofes **ou suficientemente próximos** — esta sim uma flexibilização menos comum nos padrões tradicionais de regionalização.

Sendo assim, o Mapa em questão apresenta características peculiares em comparação a outros recortes territoriais utilizados na literatura e na gestão pública brasileira. No Estado do Rio Grande do Sul, apenas 294 municípios, de um total de 497, compõem as 27 Regiões do Turismo. Os demais estão classificados como “não regionalizados”, uma vez que não cumprem com algum dos requisitos mencionados. Além disso, há “regiões” que não apresentam uma condição básica, ao menos em tese, para se constituírem como tal: a contiguidade territorial. O fenômeno, mais do que uma anomalia, demonstra o caráter eminentemente político e voltado para os mecanismos de gestão pública sobre o território que pautou o PRT, de forma que municípios em que o tema não recebe atenção especial da administração local ficaram de fora do mapeamento. Apenas dessa forma é possível justificar uma regionalização em que 203 municípios, com cerca 20% da população e 18% do PIB estadual, são desconsiderados.

Mapa 1

Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul



3 Análise dos resultados

A seguir, serão apresentados os principais resultados estimados para o Valor Adicionado Bruto das atividades características do turismo no Rio Grande do Sul, nas Regiões do Turismo no Estado e nos municípios que mais se destacaram nesse contexto. No nível estadual e das regiões, os setores são agregados conforme a estrutura e o nível de abertura utilizados na divulgação das contas regionais do RS. Já nos municípios, os dados são divulgados com maior agregação, como já referido, com exceção do caso de Porto Alegre, tanto pela sua dimensão econômica muito superior à dos demais, como pelo fato inusitado de se constituir, simultaneamente, em um município-região. Para o RS como um todo, é feito um comparativo com os valores encontrados no trabalho do IBGE de 2011. No site da FEE² estão disponibilizadas as tabelas completas do VAB das ACTs do RS, das regiões turísticas e dos municípios.

² Disponível em: <www.fee.rs.gov.br>.

É importante ressaltar que Valor Adicionado Bruto pode ser entendido como uma medida de renda que é gerada diretamente por uma determinada atividade. Isto é, mede apenas o valor que uma atividade adicionou ao valor total do serviço oferecido ao turista. Em outras palavras, nem todo valor gasto pelo turista vira renda direta para ACT. Por exemplo, quando o turista paga pelo consumo de alguma ACT, esse valor, em parte, é destinado a remunerar os trabalhadores e as empresas (salários e lucros), enquanto outra parte do dinheiro é destinada a pagar os custos intermediários das ACTs (insumos). Essa segunda parte, que representa uma renda derivada e múltipla da demanda direta, não entra das estimativas do VAB do turismo.

3.1 VAB das ACTs no Rio Grande do Sul

O VAB das Atividades Características do Turismo, no Rio Grande do Sul, foi de R\$ 7,4 bilhões em 2013, o equivalente a 4,0% do VAB do setor de serviços ou, ainda, 2,6% do VAB total do Estado (Tabela 1). Em comparação com o resultado para o Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), essa participação fica abaixo da média nacional, que foi de 7,3% e 3,9% respectivamente.

Tabela 1

VAB total, VAB das ACTs e participação do VAB das ACTs no total, por setor de divulgação das Contas Regionais, no Rio Grande do Sul — 2013

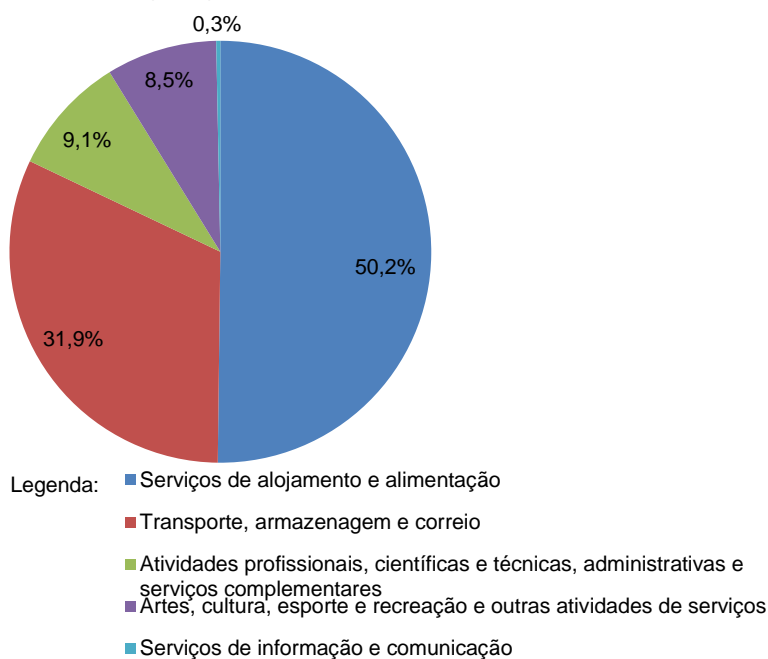
SETORES DE DIVULGAÇÃO DAS CONTAS REGIONAIS	VAB DO RS	VAB DAS ACT	(R\$ milhões)
			PARTICIPAÇÃO %
Serviços	187.185	7.414	4,0
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	44.798	-	-
Transporte, armazenagem e correio	11.542	2.363	20,5
Serviços de alojamento e alimentação	4.413	3.721	84,3
Serviços de informação e comunicação	6.782	23	0,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	12.610	-	-
Atividades imobiliárias	26.949	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	18.659	678	3,6
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	40.545	-	-
Educação e saúde mercantis	12.510	-	-
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	4.924	628	12,8
Serviços domésticos	3.452	-	-
Total RS	285.484	7.414	2,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a).

Analisando-se a peso das ACTs dentro de cada setor, nota-se que o que tem maior participação de ACT é o de alojamento e alimentação, com 84,3% referentes a atividades características do turismo. Em realidade, mais da metade do total do VAB das ACTs vem do valor adicionado pelo setor de serviços de alojamento e alimentação, com cerca de R\$ 3,7 bilhões (50,2%). Em seguida, o setor que engloba transporte, armazenagem e correios contribui com quase um terço do total, atingindo quase R\$ 2,4 bilhões. O terceiro setor que mais contribuiu para o total das ACTs foi o de atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (que inclui, por exemplo, agências de viagens e aluguel de automóveis), cujo VAB chegou a R\$ 628 milhões, muito abaixo das anteriores. O Gráfico 1 apresenta o VAB do turismo por setores de divulgação.

Gráfico 1

Participação dos setores de divulgação das Contas Regionais no total das atividades características do turismo (ACTs) do Rio Grande do Sul — 2013



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

3.2 As ACTs nas regiões turísticas e nos municípios do Rio Grande do Sul

A seguir, o VAB estimado para o turismo, no Rio Grande do Sul, é apresentado seguindo o padrão de regionalização proposto pelo Mapa do Turismo Brasileiro. Como

referido anteriormente, a regionalização não contempla todos os 497 municípios, privilegiando aqueles em que existe algum tipo de sistema de governança das ações voltadas para a gestão turística. Sendo assim, 203 municípios não constam no Mapa, como mostra a Tabela 2. Além da representatividade geral desses municípios não regionalizados, cabe apontar que a natureza da própria mensuração das ACTs e sua contribuição para o VAB das regiões do Estado permitem estimar, paradoxalmente, as **contas do turismo em municípios não turísticos — ou, ao menos, não regionalizados**.

Tabela 2

Indicadores selecionados de municípios regionalizados, não regionalizados e de Porto Alegre — 2013

MUNICÍPIOS	N.º DE MUNICÍPIOS	% DA POPULAÇÃO	% DO PIB	PARTICIPAÇÃO % NO VAB DO TURISMO DO RS	PARTICIPAÇÃO % NO VAB DOS SERVIÇOS DO RS
Não regionalizados	203	20,0	17,8	10,9	17,4
Regionalizados	294	80,0	82,2	89,1	82,6
Porto Alegre	-	13,2	17,3	37,7	22,3

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Os 203 municípios não regionalizados para fins de planejamento do desenvolvimento turístico têm um peso nada desprezível sobre o Valor Adicionado no setor de serviços em todo o Estado, de cerca de 17,4%. Como as atividades características do turismo representam um subgrupo dos serviços, ainda que o município não seja considerado um destino turístico frequente e/ou não possua algum mecanismo de gestão turística local, sua economia apresentará desempenho positivo nas ACTs. São exemplos os serviços de alojamento, alimentação e transporte, presentes em qualquer município, independentemente da sua dimensão econômica. Consequentemente, cerca de 10,9% do VAB estimado para as ACTs do Rio Grande do Sul são gerados nesses municípios.

Outra ponderação importante diz respeito ao peso de Porto Alegre nas estimativas. Como centro de distribuição de grande parte do fluxo turístico do Estado, a capital se torna um destino primário importante, ao que se soma a superconcentração de serviços característica das regiões metropolitanas e de grandes centros urbanos. Consequentemente, embora tivesse cerca de 13,2% da população e fosse responsável pela geração de 17,3% do PIB gaúcho de 2013, Porto Alegre gerou expressivos 37,7% de todo o VAB turístico estadual nesse ano. Portanto, a análise regional do desempenho

econômico do turismo no RS deve contemplar essa grande assimetria que não reflete, necessariamente, a atratividade da capital gaúcha como destino turístico. Apesar disso, é necessário reconhecer a importância de toda a porção territorial a nordeste do Rio Grande do Sul como polo dinâmico do turismo estadual, por razões que dialogam com a própria origem da concentração econômica e demográfica do Estado.

Quadro 4

Formação territorial do turismo gaúcho

O desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul está intimamente ligado aos processos de urbanização e industrialização. O crescimento das cidades alimentou a ideia de uma “modernidade” de ritmos acelerados e frenéticos, muitas vezes identificando a urbe como um espaço de devassidão e degradação moral. Contraditoriamente, à medida que as cidades cresciam, cultivavam-se sentimentos nostálgicos em relação ao interior.

O turismo surge, assim, na expectativa de atender a demandas por repouso, pureza e terapia. O veraneio aparece como um refúgio, uma válvula de escape diante de um urbano tão assustador. Três foram os destinos pelos quais se optou: a estância hidromineral (Iraí); água e ares puros da serra (São Francisco de Paula, Canela, Gramado); e um mar com propriedades que se acreditava curativas (Cidreira e Tramandaí para o público de Porto Alegre e circunvizinhanças, Torres para os veranistas serranos). Em todos esses lugares, os primeiros hotéis datam da década de 10 do século XX, e na sequência a infraestrutura turística se desenvolveu, diante da crescente procura de parte dos turistas.

Ao longo das décadas de 30 e 40, ocorreu um deslocamento: o turismo terapêutico lentamente cedeu lugar a um turismo de lazer e entretenimento, no qual prevalecia a busca por festejos, sociabilidade e distinção. Um indicativo significativo dessa metamorfose pode ser dado por um estabelecimento turístico de São Francisco de Paula: a “Pensão Hampel”, de 1936, passou a ser nomeada “Veraneio Hampel” dois anos após.

Um grande atrativo que, contudo, se revelou uma armadilha, na busca por turistas, foram os cassinos. Em 1941 inaugurou-se o Cassino Guarani em Iraí; na virada das décadas de 30 para a de 40 planejou-se e iniciou-se a construção de cassinos em Canela e São Francisco de Paula. Nos dois últimos casos, mesmo não tendo havido sua conclusão, em decorrência da proibição do jogo em 1946 por Eurico Gaspar Dutra, eram grandes as pretensões e expectativas. Canela tencionava-se tornar a Las Vegas sul-americana, recebendo turistas uruguaios, argentinos e brasileiros. Também Imbé e Cidreira tiveram seus cassinos.

Essas pretensões foram por água abaixo, tendo em vista a proibição. A frustração do investimento daquelas cidades nos cassinos como possibilidade de desenvolvimento turístico foi um golpe que dificultou a recuperação do seu potencial turístico por vários anos. É notável que as cidades que mais conseguiram explorar seu potencial — Gramado, na serra, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí, no litoral — nunca tiveram cassinos ou neles apostaram suas possibilidades de desenvolvimento.

A categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro foi feita com o intuito de otimizar a distribuição de recursos e orientar a elaboração de políticas. A tipologia sintetiza dados de emprego e estabelecimentos no setor de alojamentos com estimativas de demanda doméstica e internacional. No Rio Grande do Sul, apenas Gramado, Porto Alegre e Torres se enquadram na categoria A, entre o *top* 1,5% dos principais destinos do país (BRASIL, 2013). Na Tabela 3, pode-se observar a representa-

tividade dos três principais grupos de municípios, no RS, em termos econômicos e demográficos.

Tabela 3

População, Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB) do turismo e representatividade das atividades características do turismo (ACTs) na região e no Estado, por categorias selecionadas do Mapa do Turismo Brasileiro — 2013

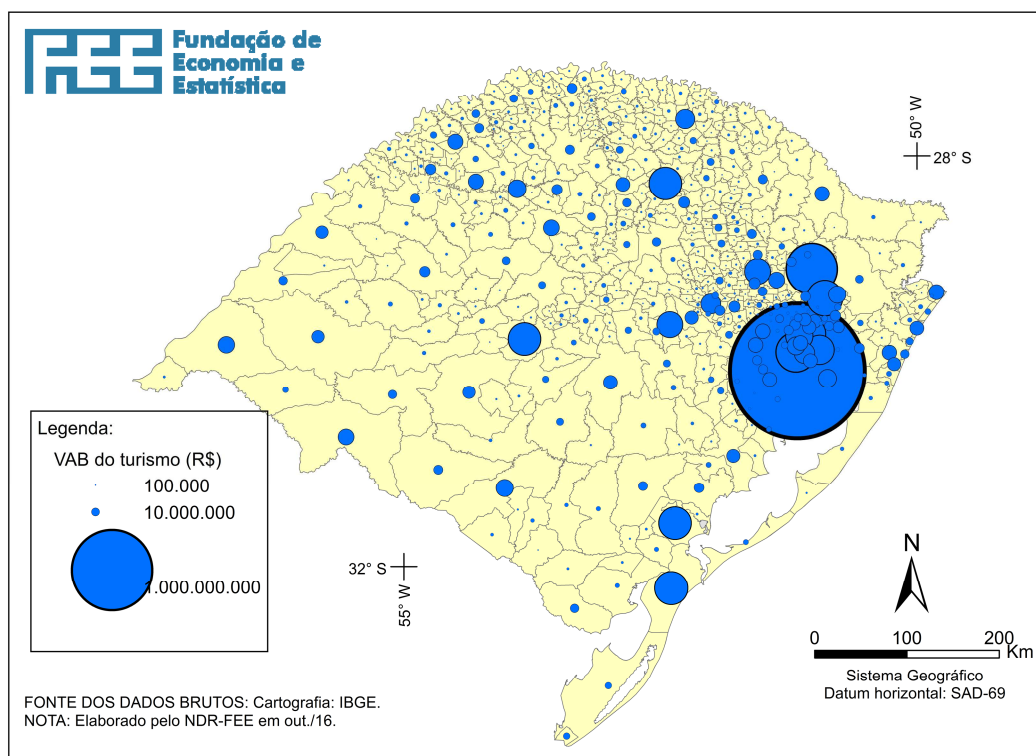
CATEGORIA	N.º DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PIB (R\$ 1.000)	VAB DAS ACTs (R\$)	PESO NO VAB TOTAL (%)	PARTICIPAÇÃO % NO VAB DO TURISMO DO RS
A	3	1.548.897	59.451.102	3.026.108.180	6,0	40,8
B	12	2.003.336	59.968.777	1.377.927.750	2,7	18,6
C	36	2.552.685	69.465.801	1.234.031.905	2,1	16,6

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

No Mapa 2, está representada a distribuição espacial do VAB das atividades características do turismo no Rio Grande do Sul, por município. Naturalmente, percebe-se a concentração nas regiões em que predominam as atividades econômicas de serviços, no entorno das regiões da Serra e do Litoral, históricos destinos do turismo de lazer no Estado.

Mapa 2

Distribuição municipal do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo no RS — 2013



Sendo Porto Alegre um município-região que eleva a média estadual do VAB turístico, ao subtrair a Capital e os municípios não regionalizados, a média de participação do VAB do turismo sobre o VAB total, nos 293 municípios restantes, cai de 2,6% para 2,0%. Na Tabela 4, estão algumas das principais regiões turísticas do Estado em termos de VAB das ACTs.

Tabela 4

Participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs) no VAB total da região e fatia da região no VAB do turismo do RS — 2013

REGIÃO DO TURISMO	PARTICIPAÇÃO DAS ACTs NO VAB TOTAL DA REGIÃO	FATIA DA REGIÃO NO VAB DO TURISMO NO RS (%)
Hortênsias	9,2	3,7
Porto Alegre	5,7	37,7
Litoral Norte Gaúcho	3,1	2,5
Central	2,7	2,5
Cultura e Tradição	2,4	2,4
Costa Doce	2,3	6,2
Uva e Vinho	2,0	9,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Um filtro que permite identificar regiões em que as atividades características do turismo são mais expressivas, ou intensamente concentradas, é feito a partir do cotejamento da participação de cada região no VAB turístico estadual com sua participação no VAB total dos serviços. Isso porque, como dito anteriormente, as ACTs são um subconjunto dos serviços, o que proporciona um peso naturalmente maior para aquelas regiões ou municípios em que esse grande setor predomina em relação à indústria ou à agropecuária, por exemplo — o que é comum, mas está sujeito a exceções dignas de atenção. A Tabela 5 mostra um quociente locacional (QL) simples, calculado a partir da razão entre a participação do VAB do turismo da região no VAB do turismo do RS e a participação do VAB dos serviços da mesma região no total do VAB de serviços estadual.

Tabela 5

Quociente Locacional (QL) do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs) em Regiões do Turismo selecionadas do RS — 2013

REGIÃO DO TURISMO	FATIA DA REGIÃO NO VAB DOS SERVIÇOS NO RS (%)	QL
Hortênsias	1,1	3,42
Porto Alegre	22,3	1,69
Litoral Norte Gaúcho	2,4	1,03
Central	2,9	0,87
Cultura e Tradição	3,1	0,77
Costa Doce	7,7	0,81
Uva e Vinho	9,7	0,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Novamente, o destaque fica com a região das Hortênsias, cuja contribuição para o VAB do turismo gaúcho é 3,42 vezes superior à sua contribuição global para o VAB dos serviços no ano observado. Além disso, um *ranking* baseado nessa concentração relativa das ACTs inclui, na linha de frente do turismo gaúcho, a região da Uva e do Vinho, famosa pelos seus atrativos, com um QL de 0,96. Ainda que sua contribuição para o VAB das ACTs do Estado seja inferior à sua contribuição global para os serviços, a região ocupa a quarta colocação e termos de concentração relativa, logo abaixo das incontestes líderes Hortênsias, Porto Alegre e Litoral Norte, únicas a concentrar proporcionalmente mais ACTs do que serviços em geral, apresentando QLS maiores que a unidade — ainda que sutilmente maiores no caso do Litoral Norte.

3.2.1 Hortênsias

A Região das Hortênsias é, sem dúvida, a região do Estado onde o turismo tem o maior peso, o que também é resultado da longa trajetória histórica em que se definiu a relação da população gaúcha com o ambiente serrano.

Quadro 5

Ares serranos

Também nos municípios serranos o aporte de turistas com objetivos de repouso, terapia e cura levou a uma progressiva presença a partir da década de 10 do século XX. Os primeiros hotéis de Canela datam de 1916, e os de Gramado, de 1918. O turismo na serra intensifica-se a partir de 1920, com a chegada da estrada de ferro a Gramado e, após sua encampação por Borges de Medeiros em 1921, a extensão até Canela, em 1924. É provável que um acesso facilitado, a partir daquele momento, tenha oferecido vantagens aos dois municípios na montagem de sua infraestrutura turística, comparativamente a São Francisco de Paula.

Entre as décadas de 20 e 50, a chegada de turistas cresceu progressivamente nas duas localidades contempladas pelo acesso por meio da estrada de ferro, ao mesmo tempo em que começava a se desenvolver o turismo de lazer. A isso tudo claramente se relaciona a emancipação de Canela e Gramado de Taquara (respectivamente, em 1944 e 1954). Contudo, para Canela ocorreu o impacto, referido no Quadro 4, do aborto da construção do cassino. Além disso, aconteceu algum declínio das atividades turísticas, atribuído à concorrência litorânea. As duas cidades deram respostas diferentes a essas dificuldades.

Gramado insistiu no investimento no turismo, em grande parte por intervenção da prefeitura no sentido de institucionalizar tais atividades. A participação do Estado na indução e coordenação das atividades turísticas foi muito evidente. No ano de 1964, foi criado um conselho municipal do turismo. Promoveram-se festas que acabaram por atrair pessoas, como a Festa da Hortênsia (1958), substituída em 1973 pelo Festival de Cinema, além de, mais recentemente, o Natal Luz e a Chocofest. O asfaltamento da estrada Porto Alegre-Nova Petrópolis (que certamente insuflou, também, o turismo nesta última) incidiu positivamente sobre Gramado.

Diante do fracasso do cassino, por seu turno, Canela procurou diversificar suas atividades econômicas, por meio da produção de energia hidrelétrica e de celulose e papel — que, contudo, encontrou um limite no esgotamento das reservas florestais. Dos anos 70 em diante, procurou-se retomar as atividades turísticas, mas havia certo ressentimento em relação a Gramado. Havia a nítida impressão de que Canela “havia ficado para trás”, já que naquele interim não ocorrera o mesmo direcionamento por parte do Estado para o turismo. As décadas de 50 e 60 foram perdidas na divulgação das atividades turísticas do município e no desenvolvimento estrutural de sua potencialidade turística.

O fim dos anos 70, com a construção do condomínio Laje de Pedra, marcou um ponto de inflexão. Desse momento em diante, seguiu-se a mesma estratégia de Gramado: um investimento em turismo baseado no planejamento estatal. Através do estímulo à construção de parques e à organização de eventos, procurou-se fomentar o turismo na região e sair da sombra de Gramado como referencial turístico.

Do VAB total da região, 9,2% são oriundos de atividades características do turismo, número que chega a 16,8% no Município de Gramado e 7,1% em Canela, restando a primeira e segunda colocações, respectivamente, como municípios em que as ACTs têm maior peso sobre a economia local em todo o Estado. A região também é apontada como “destino indutor do desenvolvimento turístico regional”, um dos 65 mais importantes do país (BRASIL, 2008, 2012). A Tabela 6 traz alguns dados selecionados sobre a região das Hortênsias e seus municípios, com destaque para Gramado e Canela, classificados nas categorias A e B do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2013).

Tabela 6

Municípios da região turística das Hortênsias e indicadores selecionados — 2013

REGIÃO TURÍSTICA	CATEGORIA	POPULAÇÃO	PIB _{pc} (R\$)	IDESE (1)	VAB DAS ACTs (R\$)	% DA REGIÃO	% DO RS
Hortênsias	-	124707	26.708	-	272.674.778	-	3,68
Gramado	A	34943	38.379	0,804	198.326.019	72,7	2,68
Canela	B	42402	16.942	0,701	46.963.635	17,2	0,63
Nova Petrópolis	C	20561	27.425	0,816	15.804.152	5,8	0,21
São Francisco de Paula	C	21336	19.100	0,650	9.212.774	3,4	0,12
Picada Café	D	5465	54.868	0,827	2.368.197	0,9	0,03

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

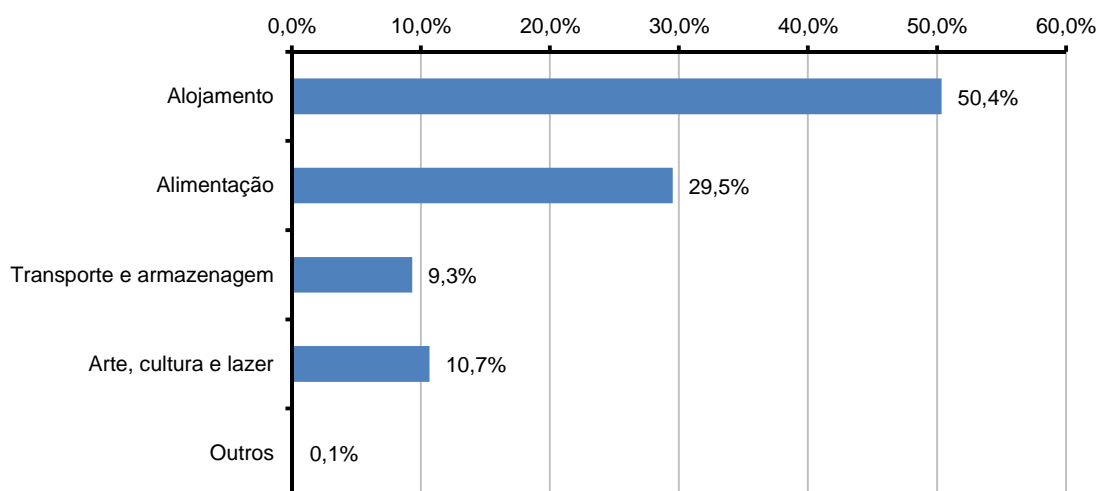
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2016.)

(1) O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) é o indicador de desenvolvimento socioeconômico elaborado pela FEE que “[...] avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à Educação, à Renda e à Saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento” (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2016).

Abrindo um pouco mais os dados das ACTs nas Hortênsias, surgem elementos para melhor compreender as características da oferta turística da região. Entre as atividades captadas, os serviços de alojamento se destacam com um VAB muito acima da média estadual, ou mesmo quando comparado com outras regiões tipicamente turísticas. Mais da metade do VAB das ACTs da Região das Hortênsias, como mostra o Gráfico 2, se concentra na oferta de hotéis, pousadas e similares. Em média, os mesmos serviços de alojamento representam menos de um décimo do VAB total do turismo estadual e chegam a 13,4% no Litoral Norte, por exemplo.

Gráfico 2

Abertura do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs)
na Região das Hortênsias — 2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

A geração de valor proporcionalmente elevada na oferta de alojamento da região serrana impacta na representatividade de outros serviços captados como ACTs, como é o caso dos serviços agregados na rubrica de alimentação, um pouco inferiores à média estadual. Destaca-se, por sua vez, a elevada participação de atividades agregadas como arte, cultura e lazer, que são marcas registradas da região com seus festivais e atrações permanentes, sobretudo na rota Gramado-Canela. Transporte e armazenagem, que representavam, em média, 31% do VAB do turismo no Rio Grande do Sul, têm menor expressão na Região das Hortênsias, em parte pelo menor tráfego relativo de passageiros em meios de transporte coletivo e comercial com destino à região, além de não constituir rota de passagem para destinos secundários de importância turística ou econômica. É razoável supor que boa parte dos turistas que se dirige à região, especialmente para Gramado e Canela como destino final, o fazem em veículos de passeio, próprios ou alugados, bem como outros serviços de traslado contratados em Porto Alegre.

3.2.2 Porto Alegre

A segunda região, no Rio Grande do Sul, com maior proporção do VAB total gerado por atividades características do turismo foi Porto Alegre. Nesse caso, com a peculiaridade de ser constituída apenas pelo município que é a capital do Estado e toda a concentração econômica decorrente, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7

Indicadores socioeconômicos selecionados do Município de Porto Alegre — 2013

MUNICÍPIO	CATEGORIA	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO % NA POPULAÇÃO DO RS	PARTICIPAÇÃO % NO PIB DO RS	PIB _{pc}	IDESE
Porto Alegre	A	1.476.953	13,2	17,3	R\$ 38.850	0,814

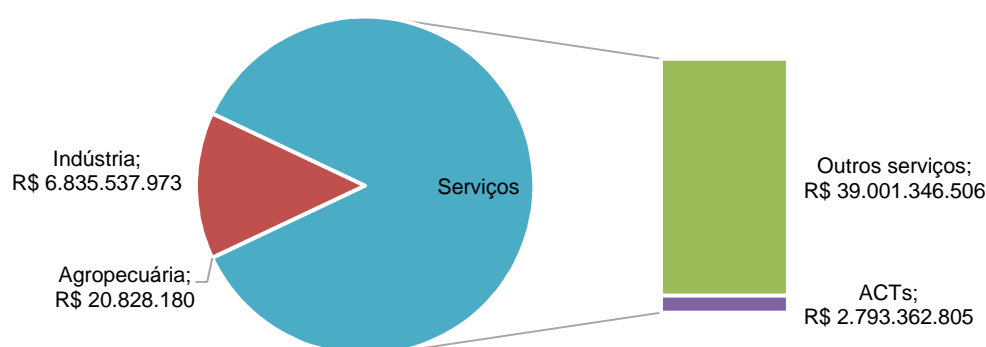
FONTES DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2016)

Com cerca de 13,2% da população e 17,3% do PIB do RS em 2013, Porto Alegre está categorizada como município turístico de nível A no Mapa do Turismo Brasileiro. A estrutura do VAB gerado no Município de Porto Alegre é constituída predominantemente de serviços, em proporção que chegou a 86% nesse ano, dos quais quase cinco pontos percentuais provêm de ACTs, como mostra a Gráfico 3.

Gráfico 3

Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Porto Alegre nos três grandes setores — 2013



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

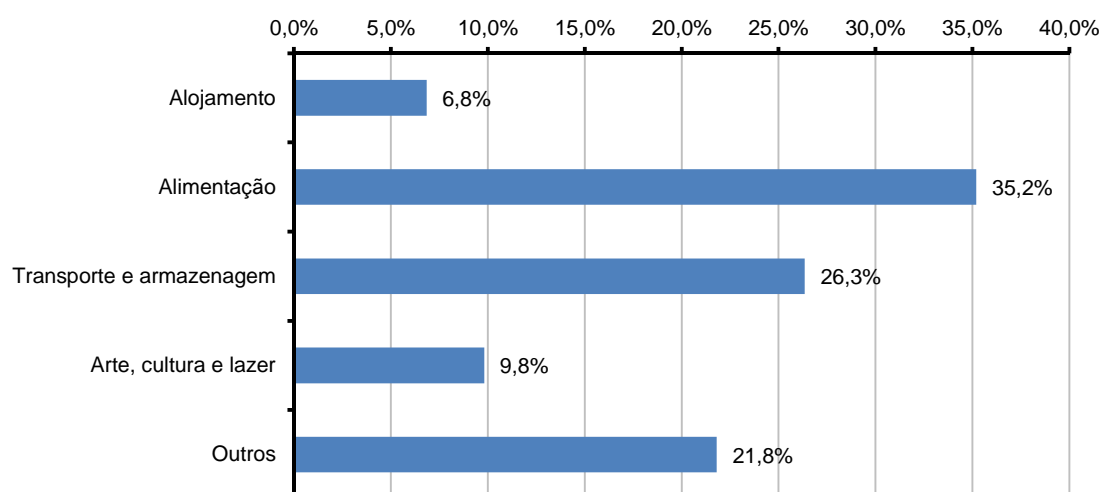
O peso econômico da capital gaúcha, somado às suas características estruturais, lhe garante uma fatia equivalente a 37% de todo o VAB do turismo no Rio Grande

do Sul. No entanto, algumas ponderações adicionais são importantes, em se tratando de um centro urbano desse porte. Como dito anteriormente, Porto Alegre exerce a função de núcleo distribuidor, não apenas do turismo como de diversos fluxos econômicos do Estado, passando por ali a mais densa e diversificada rede de modais de transporte de passageiros, o que se reflete diretamente na mensuração de ACTs.

O Gráfico 4 mostra que a rubrica que agrega o VAB gerado em atividades correlatas de transporte de passageiros, em Porto Alegre, chegou a 26,3% do VAB estimado para o turismo em 2013, o que é levemente inferior à média do RS. No entanto, as “outras” atividades características, rubrica que agrega serviços como agências, operadores de turismo e locação de automóveis, por exemplo, destacam-se bastante acima da média estadual, com 21,8% no VAB do turismo da Capital (enquanto é de apenas 9,5% na média do RS), o que é bastante típico de um ponto de distribuição turística para dentro e para fora do Estado, como já foi mencionado. Pode-se supor que mesmo as empresas que atendem ao interior do RS estejam operando a partir de uma base na Capital. Uma boa parcela do turismo da região das Hortênsias, por exemplo, chega ao Estado pelo Aeroporto Salgado Filho e, de lá, parte para a região serrana em veículos alugados ou mesmo em ônibus fretados por operadores sediados em Porto Alegre.

Gráfico 4

Abertura do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs) em Porto Alegre — 2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Não se pode menosprezar, no entanto, a própria infraestrutura de oferta turística de Porto Alegre. Embora não seja um destino turístico “terapêutico”, são diversas as atrações de fluxos populacionais para fins profissionais, culturais, de lazer e até mesmo para atendimento de saúde. A grande concentração de eventos nacionais e internacionais, como *shows* e competições esportivas, além dos museus, parques e etc., soma-se às convenções e a outras reuniões de intercâmbio profissional que entram na conta abrangente do VAB do turismo. Por outro lado, em termos absolutos, embora a oferta de alojamento no Município seja grande, ela não se manifesta na estrutura do VAB com o mesmo peso que em outras regiões, o que reforça a importância do Município como centro de distribuição para outros destinos secundários ou mesmo como receptor de fluxos do interior que consomem a oferta de ACTs da Capital sem recorrer a serviços de hospedagem.

3.2.3 Litoral Norte

A Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é a terceira com maior participação relativa do VAB do turismo sobre o VAB total, sendo sua contribuição para o VAB turístico do Estado levemente superior à sua contribuição para o conjunto do setor de serviços (QL = 1,03), chegando a 2,5% do total estadual em 2013. Desde a primeira metade do século XX, o Litoral Norte já contava com a presença de veranistas nas praias da região e um incipiente negócio hoteleiro, impactando no perfil do desenvolvimento, nas décadas subsequentes, de ACTs da região.

À beira-mar

A presença dos veranistas nas praias data das primeiras décadas do século XX, particularmente em Cidreira, Tramandaí e Torres. O precoce negócio hoteleiro era monopolizado por famílias de imigrantes alemães e italianos. Eles tomaram as primeiras iniciativas para a urbanização das praias, assumidas a partir de 1942 pelo poder público. Essa infraestrutura turística seria marcante para o desenvolvimento posterior da região. A mão de obra para o calçamento das ruas ou como cozinheiras e camareiras nos hotéis, bem como para o abastecimento das praias e a venda de artesanato era realizada por agricultores, em grande parte negros, de áreas de ocupação muito mais antigas, no interior, à beira das lagoas.

Chegava-se ao litoral, progressivamente, por carretas, pela combinação de trajetos hidroviários e ferroviários e, mais tarde, estradas de rodagem que intensificaram o aporte de turistas. Em 1947, por exemplo, a construção da BR-59 ligou Porto Alegre a Osório, a que pertenciam Capão de Canoa e praias mais ao sul. Em fins da década de 20, com o sucesso do turismo no litoral, chegou a haver uma linha aérea da Varig ligando a capital ao litoral.

A transição para o turismo de lazer foi marcada, nas décadas de 30 e 40, além dos cassinos, pela realização de bailes carnavalescos, cinemas e pela prática de esportes. Padrões de moralidade foram revisitados, já que o conforto dos trajes de banho foi privilegiado diante de prescrições de pudor.

Ao contrário da região serrana, onde, conforme veremos, os processos de emancipação municipal foram concomitantes ao desenvolvimento do turismo, no litoral eles foram tardios. Com exceção da autonomização de Tramandaí em 1965, os demais municípios adquiriram seus desmembramentos de Torres ou Osório nas décadas de 80 e 90. Isso estava relacionado a uma ambição por uma maior independência administrativa e por conservar em âmbito local a renda do turismo.

Contando com 18 municípios, entre os quais Torres, pertencente à categoria A do Mapa do Turismo Brasileiro, o Litoral Norte é uma região relativamente pobre quando observada do ponto de vista da geração própria de riqueza. Com 75% de sua estrutura produtiva baseada nos serviços, boa parte está associada ao fluxo sazonal dos turistas no verão, especialmente na rubrica que agrega os serviços de alimentação. O PIB *per capita* médio do Litoral Norte, por exemplo, era quase dois terços do que foi apurado como média estadual no ano de 2013, dados que também se refletem em menor nível de desenvolvimento medido pelo Idese, como mostra a Tabela 8.

Tabela 8

Indicadores selecionados, por município, na região turística do Litoral Norte do RS — 2013

REGIÃO	CATEGORIA	POPULAÇÃO	PIB _{pc} (R\$)	IDESE	VAB DAS ACTs (R\$)	PARTICIPAÇÃO % NA REGIÃO	PARTICIPAÇÃO % NO RS
Litoral Norte	-	339883	18.901	-	182.191.673	-	2,46
Torres	A	37001	19.747	0,734	34.419.357	18,9	0,46
Osório	C	44115	23.395	0,760	31.963.687	17,5	0,43
Capão da Canoa ...	B	46498	20.373	0,719	29.673.786	16,3	0,40
Tramandaí	B	45906	15.639	0,638	27.065.919	14,9	0,37
Santo Antônio da Patrulha	D	42039	21.085	0,686	15.162.701	8,3	0,20
Imbé	C	19729	16.900	0,703	12.198.249	6,7	0,16
Xangri-lá	C	13412	23.019	0,708	7.836.332	4,3	0,11
Arroio do Sal	C	8555	17.859	0,707	5.300.031	2,9	0,07
Cidreira	C	13749	14.476	0,648	4.100.060	2,3	0,06
Terra de Areia	D	10670	12.778	0,653	3.771.707	2,1	0,05
Balneário Pinhal	D	11651	13.051	0,646	3.002.734	1,6	0,04
Mostardas	D	12317	21.060	0,730	2.556.470	1,4	0,03
Palmares do Sul ...	C	11389	23.339	0,735	2.508.151	1,4	0,03
Maquiné	D	6619	12.897	0,636	909.048	0,5	0,01
Caraá	D	7452	10.515	0,649	568.324	0,3	0,01
Itati	E	2568	22.083	0,709	468.789	0,3	0,01
Morrinhos do Sul	E	3297	14.151	0,704	400.056	0,2	0,01
Mampituba	E	2916	12.040	0,639	286.270	0,2	0,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2016).

O desequilíbrio entre os municípios que compõem a região também reflete os processos de emancipação tardios. Nesse contexto, Torres possui um dos balneários mais tradicionais e desejados do litoral gaúcho. Com características naturais que conferem ao município paisagens que lembram mais a beleza do litoral de Santa Catarina do que a planície monótona do litoral gaúcho, Torres se situa em um importante entroncamento rodoviário, conectando o Estado com o resto do País. O VAB das ACTs de Torres manifesta, simultaneamente, o interesse turístico de veraneio e o elevado grau de urbanização, com a presença de uma oferta gastronômica e hoteleira permanente em sua estrutura de serviços, que também atende à circulação pelas redes modais que perpassam a região. Como resultado, cerca de 18,9% do VAB do turismo de todo o Litoral Norte são gerados por esse município. Em termos do peso do turismo no seu próprio VAB total, Torres ocupa a quinta colocação em todo o Estado, com 5,05%.

O caso de Osório, por seu turno, tem sua participação no VAB do turismo da região ampliada por uma combinação de características naturais (a diversidade do pé da Serra Geral ao Oceano Atlântico) e econômicas (e.g. polo de educação da região e sede do parque eólico), chegando a 17,5% de participação sobre o total do Litoral Norte.

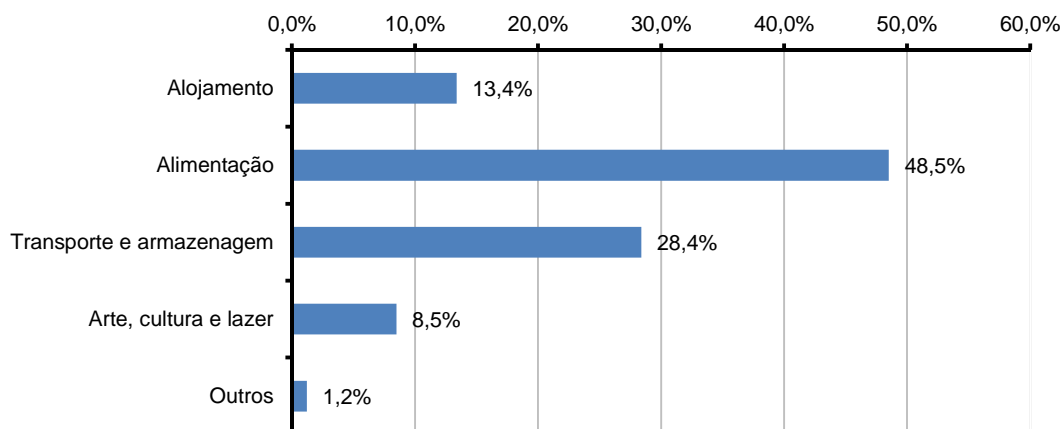
Como principal centro da aglomeração urbana³, com significativa população permanente, pendular e sazonal, Osório mobiliza uma série de serviços que se somam às atividades classificadas como características do turismo, ainda que não sejam ofertados, predominantemente, aos turistas — como também ocorre, em maior escala, em Porto Alegre. O município está estrategicamente situado no entroncamento entre as principais rodovias do Estado, a BR-101, a BR-290 e a RS-389, cumprindo um papel de ponto nodal para destinos mais importantes da região e fora do RS. A categorização do município, dentro do Mapa do Turismo, corresponde a essa heterogeneidade, colocando Osório no nível C, apesar do seu peso econômico. Enquanto isso, os Municípios de Tramandaí e Capão da Canoa, dois dos mais tradicionais destinos de veraneio do Rio Grande do Sul, estão categorizados como nível B, apesar do peso regional um pouco inferior na geração do VAB das ACTs do Litoral Norte. Somados, os quatro principais municípios da região turística representam 67,6% do VAB do turismo litorâneo.

Pelas características do fluxo turístico do Litoral Norte, o VAB das ACTs se concentra nos serviços agregados na rubrica de alimentação, não tanto em hotéis e formas similares de alojamento, ainda que a participação destes no VAB turístico da região supere a média estadual, com 13,4%, como mostra o Gráfico 5. Pode-se supor que a estadia em regiões de veraneio tenha maior proporção de aluguéis e residências, não captados nesta metodologia, como já mencionado na seção metodológica deste trabalho. Outro fato que ajuda a compreender a estrutura do VAB turístico do litoral é que a principal atração da região, a beira da praia, é de acesso gratuito, diferentemente do que ocorre com as atrações de regiões como Gramado ou mesmo Porto Alegre.

³ O Rio Grande do Sul possui duas Regiões Metropolitanas e duas Aglomerações Urbanas institucionais por lei com a finalidade de coordenar e otimizar a oferta de serviços e infraestruturas de interesse comum: Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), Aglomeração Urbana do Sul (Ausul) e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte).

Gráfico 5

Abertura do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs)
na Região do Litoral Norte — 2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

3.2.4 Uva e Vinho

A quarta região do Rio Grande do Sul a ser destacada é nacionalmente famosa pela produção de vinhos e espumantes, além de suas paisagens que lembram a Itália. Pela sua importância global na economia gaúcha, a Região da Uva e do Vinho, com 27 municípios, soma a segunda com maior fatia do VAB turístico do RS, com 9,2% do total (Tabela 9). Caxias do Sul é o segundo município que mais contribuiu para o VAB do turismo em 2013, com 5,46% do total do Estado e 59,2% da região, ao passo que Bento Gonçalves ocupa a 12.^a colocação, com uma fatia de 1,4% do VAB turístico estadual e 15,3% da região. Ambos os municípios pertencem à categoria B do Mapa do Turismo nacional.

Tabela 9

Indicadores selecionados, por município, da região turística da Uva e do Vinho do RS — 2013

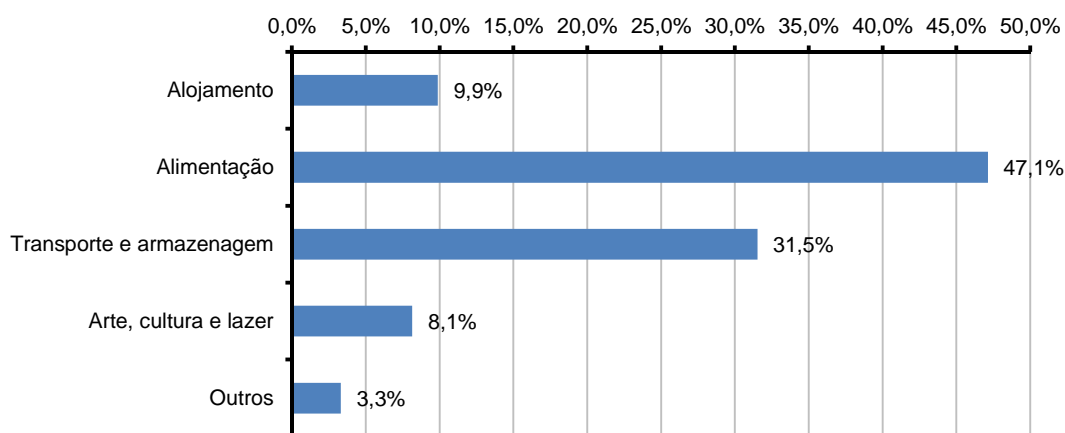
REGIÃO	CAT.	POPULAÇÃO	PIBpc (R\$)	IDESE	VAB DAS ACTs (R\$)	% REGIÃO	% RS
Uva e Vinho	-	946632	41.998	-	684.033.297	-	9,23
Caxias do Sul	B	466945	45.722	0,810	404.921.653	59,2	5,46
Bento Gonçalves	B	112343	42.166	0,832	104.343.743	15,3	1,41
Farroupilha	C	67983	35.565	0,800	37.898.926	5,5	0,51
Garibaldi	D	31924	45.699	0,848	20.437.563	3,0	0,28
Marau	C	39574	37.800	0,808	19.686.883	2,9	0,27
Carlos Barbosa	D	26407	55.380	0,882	14.011.458	2,0	0,19
Veranópolis	D	23672	36.724	0,845	12.775.276	1,9	0,17
Flores da Cunha	D	28627	38.584	0,803	12.449.538	1,8	0,17
Nova Prata	D	24559	34.868	0,809	12.380.554	1,8	0,17
Guaporé	D	24376	24.333	0,801	8.092.519	1,2	0,11
Serafina Corrêa	D	15075	31.748	0,807	7.514.590	1,1	0,10
São Marcos	D	21057	25.955	0,790	7.406.779	1,1	0,10
Antônio Prado	D	12754	29.002	0,772	5.183.948	0,8	0,07
Casca	D	8564	36.530	0,827	4.345.689	0,6	0,06
Nova Bassano	D	8767	79.376	0,866	4.034.410	0,6	0,05
Vila Maria	E	4544	42.062	0,835	1.682.405	0,2	0,02
Nova Araçá	D	4447	32.826	0,831	1.390.114	0,2	0,02
Vila Flores	D	3343	41.635	0,797	1.366.736	0,2	0,02
Nova Roma do Sul	D	3543	26.345	0,809	935.770	0,1	0,01
Cotiporã	D	3896	19.129	0,779	737.235	0,1	0,01
Monte Belo do Sul	D	2763	36.299	0,803	495.999	0,1	0,01
Nova Pádua	E	2395	20.349	0,795	413.008	0,1	0,01
Santo Antônio do Palma	E	2280	27.566	0,798	383.180	0,1	0,01
Santa Tereza	E	1642	19.002	0,755	346.741	0,1	0,00
Protásio Alves	D	2123	21.227	0,783	339.767	0,0	0,00
Vista Alegre do Prata	E	1453	29.752	0,828	284.955	0,0	0,00
Coronel Pilar	E	1576	20.643	0,766	173.858	0,0	0,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2016).

Abrindo os dados da região, percebe-se que as ACTs de alimentação participam expressivamente do VAB do turismo local (Gráfico 6). De fato, a região desenvolveu fortemente o turismo no entorno do Vale dos Vinhedos, junto ao Município de Bento Gonçalves, região que possui o selo de denominação de origem de sua produção vitivinícola. Como forma de atrair visitantes, as últimas duas décadas foram marcadas por grandes investimentos na profissionalização dos serviços desde a produção até o atendimento, oferecendo uma grande diversidade de opções gastronômicas associadas ao consumo das bebidas produzidas na região. Fluxos de visitantes de todo o País passam pela região ao longo de todo o ano, não apenas para comprar os produtos, mas para desfrutar de experiências ecológicas, de lazer, terapêuticas etc.

Gráfico 6

Abertura do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades características do turismo (ACTs)
na Região da Uva e do Vinho — 2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

3.2.5 Outros destaques

Além das quatro regiões destacadas, ao menos outras três apresentaram VAB do turismo em proporção do seu VAB total que merece atenção: Central, Costa Doce e Cultura e Tradição. Os 36 municípios dessas três regiões somam cerca de 11,2% de todo o VAB do turismo do Estado, em grande parte pela contribuição dos seus municípios de categoria B no Mapa do Turismo. Na Região Central, o destaque é de Santa Maria, quinto município mais populoso do Estado em 2013, com quase 84% da sua estrutura produtiva baseada em serviços e principal núcleo urbano da região.

Na região Cultura e Tradição, por sua vez, a concentração ocorre sobre o Município de Passo Fundo, que é o 12.º mais populoso do Estado, mas apresenta características estruturais muito similares a Santa Maria e aos demais polos regionais do Estado. Ambos os municípios podem ser considerados núcleos de aglomerações urbanas não metropolitanas em ascensão, mesmo que não estejam legalmente constituídos dessa forma.

Por outro lado, Pelotas e Rio Grande, ambos na Região Costa Doce, são os dois principais polos da Aglomeração Urbana do Sul. Enquanto Pelotas se assemelha a Santa Maria e Passo Fundo em sua estrutura produtiva concentrada em serviços, Rio Grande apresenta uma participação um pouco mais significativa nos setores da indústria. O que todos esses municípios apresentam em comum é que os quatro são polos

de educação para o interior do Estado e seus arredores, quadro que potencializa o desempenho em atividades captadas no VAB do turismo, como é o caso da alimentação, cuja participação oscilava entre 40% e 50% do VAB total nas regiões Central, Costa Doce e Cultura e Tradição. A Tabela 10 sintetiza algumas informações dos municípios que pertencem à categoria B do Mapa do Turismo no Rio Grande do Sul, excluídos aqueles tratados na discussão das regiões Hortênsias, Litoral Norte e Uva e Vinho.

Tabela 10

Municípios da categoria B exceto regiões das Hortênsias, do Litoral Norte e da Uva e do Vinho — 2013

MUNICÍPIO	REGIÃO DO TURISMO	POPULAÇÃO	PIB (R\$ 1.000)	VAB DAS ACTs (R\$)	% DO RS
Rio Grande	Costa Doce	209.223	8.155.095	169.462.698	2,3
Passo Fundo	Cultura e Tradição	195.455	7.180.165	162.614.858	2,2
Santa Maria	Central	274.411	5.701.470	161.363.154	2,2
Pelotas	Costa Doce	342.550	5.920.548	161.115.770	2,2
Bagé	Pampa Gaúcho	122.040	2.053.820	44.622.636	0,6
Santana do Livramento	Fronteira	83.494	1.312.524	39.990.329	0,5
São Gabriel	Fronteira	62.069	1.174.905	25.789.570	0,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

4 Considerações finais

Como ocorre em outras regiões, notadamente em Porto Alegre, a captação do VAB do turismo é fortemente influenciada pela representatividade geral dos serviços em cada município, de forma que aqueles centros urbanos que constituem polos regionais de serviços acabam por se destacar também nas atividades tidas como características do turismo. Esses municípios são receptores não apenas de turistas em busca de atividades de lazer e cultura, mas também de fluxos pendulares motivados por trabalho, educação ou mesmo saúde, que, mesmo quando descontados parcialmente dos transportes metropolitanos, seguem impactando no uso de serviços como alimentação fora do local de residência, etc. Isso não deixa de representar uma absorção da renda externa à localidade de forma similar, mas configura um padrão diferenciado de atratividade. De qualquer maneira, os dados evidenciam que o peso do turismo na economia de todo o Estado, ao menos nas atividades diretamente associadas ao setor, ainda é pouco expressivo, sendo que a maior concentração se dá na porção nordeste do território estadual, assim como a maior parte da atividade econômica.

Essa associação espacial, em conjunto com a trajetória histórica da exploração turística no Rio Grande do Sul, leva a crer que o desenvolvimento da infraestrutura do turismo se viabiliza com o desenvolvimento geral do sistema produtivo das regiões, colocando maiores reticências sobre a expectativa de que o turismo possa ser o motor a puxar as regiões economicamente mais atrasadas. A literatura sobre a economia do turismo já é farta em apontar para a incongruência desse “pensamento mágico”, que é rapidamente adotado pelas sociedades locais na esperança de que possa ser um atalho para o crescimento econômico. Parece mais adequado pensar o desenvolvimento turístico como mais uma dimensão com potenciais ganhos de aglomeração e que deve ser planejado em conjunto com outras iniciativas promissoras da estrutura produtiva regional, com vistas a fortalecer a infraestrutura de suporte à “exportação” dos serviços classificados como ACTs. Nesse sentido, os polos regionais de desenvolvimento já constituem focos de concentração e deveriam explorar o papel de pontos de distribuição turística regional, ainda que em menor escala, de forma análoga ao papel que Porto Alegre cumpre no contexto do nordeste do território estadual.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional - Relatório Brasil 2011**. Brasília, 2012. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/xndice_de_Competitividade_do_Turismo_Nacional_-_Relatxrio_Brasil_2011.pdf>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. 2013. Disponível em:

<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/downloads/pdf/categorizacao/Cartilha_da_Categorizacao.pdf>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional - Relatório Brasil**. 2. ed. rev. Brasília, 2008. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria n. 205, de 9 de dezembro de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=862>>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes**. 2013a. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: maio 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)**. Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota metodológica da série do PIB dos municípios referência 2010**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf>. Acesso em: maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **[Página Inicial]**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: maio 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil 2010-2013**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94952.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003 – 2009**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61658.pdf>>. Acesso em: maio 2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Conta satélite do turismo (CST)**: quadro conceptual. Madrid, 1999.

Bibliografia consultada

DAROS, M.; BARROSO, V. L. M. **Raízes de Gramado**. Porto Alegre: EST, 2000.

ENGLERT, S. V. **Canela, a reconquista de um horizonte**: memórias e estratégias do sucesso. Porto Alegre: Sulina, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas — versão 2.0**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36932.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno dos Municípios 2010 – 2013**. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95014.pdf>>. Acesso em maio 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Brasil 2010 – 2013**. Rio de Janeiro, 2015c. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94942.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

NACIONES UNIDAS. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. División de Estadística. **Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo 2008**. Madrid; Nueva York, 2010. (Estudios de métodos, Serie M n. 83). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/Seriesm_83rev1s.pdf>. Acesso em: maio 2016.

OLIVEIRA, P.; BARROSO, V. L. M. **Raízes de Canela**. Porto Alegre: EST, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Raízes de Gramado**. Gramado, 1999.

SCHOSSLER, J. C. **História do veraneio no Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco, 2013.

SILVA, M. R. **Navegação lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1985.